

TRANSFORMAÇÃO

ESPACIAL:

estudos geo-historiográficos
na Amazônia Ocidental

658.05
x672x
D: 17959

Claudia Cleomar Ximenes
Marilia Locatelli
Maria Madalena Ferreira
Lilian Maria Moser
Cleber Costa Maximiano Rocha
Organizadores



CAPÍTULO III

REFLEXÃO GEO-HISTORIOGRAFICA: Políticas Públicas de Ocupação na Amazônia Ocidental – 1970 a 2002

*Claudia Cleomar Ximenes
Marília Locatelli*

Introdução

Há uma necessidade natural e constante do ser humano em desbravar, em descobrir regiões e transformar o espaço, decorrente do seu uso e ocupação. Essa necessidade constante é fruto da finalidade que se tem para o ato de migrar, de mudar. Embora, se tenha identificado a ocorrência de diversidade cultural no estado de Rondônia, não se pode ignorar que a natureza humana se adapta ao meio.

Para atender o interesse do Capital, o Estado promoveu um reordenamento na dinâmica espacial na Região Amazônica a partir da década de 1970. Sendo o executor da política de assentamentos rurais o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), através de propagandas oficiais incentivou agricultores de todas as regiões brasileiras a investir esforços na ocupação da região e torná-la produtiva.

O ordenamento do território rondoniense teve início no período da borracha (primeira metade do século XX) e na 1970 com a Colonização Dirigida, não levando em conta as populações tradicionais e os indígenas (Povos da Mata).

Para o entendimento geográfico da colonização de Rondônia, e a dinâmica espacial desta ocupação, tem-se como referência as ações do Incra por meio de Planos e Programas de Colonização, a exemplo do Programa de Integração Nacional (PIN) e dos Projetos Integrados de Colonização (PIC). Além destes, dois grandes programas contribuíram para a ocupação e desenvolvimento o Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil (Polonoreste) e o Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia (Planaflo).

Foram projetos que embutidos de uma aura positivista baseados apenas na dinâmica econômica de acumulação as populações tradicionais e a flora e fauna local não foram respeitadas. Povos (homens e mulheres) que já se encontravam na região, desde antes das primeiras expedições portuguesas e espanholas.

Sob o ápice dos estudos geográficos e historiográficos, a concretude da colonização se manifesta justamente no uso e ocupação do solo, na reordenação do território, com o diálogo entre os agentes responsáveis diretos pela mudança e o espaço. Esta espacialidade é geograficamente construída através da mobilidade humana e sua relação com a natureza. Por conseguinte, favorece aqui a construção de uma análise crítica sobre a colonização dos espaços amazônicos considerados pelo Governo Federal como *espaços vazios*.

A colonização de Rondônia entre os anos de 1970 e 2002 foi patrocinada pelo Governo Federal, aliada às promessas de incentivo contribuindo para a vinda de trabalhadores rurais de outras regiões brasileiras. Uma ocupação que incentivava o desmatamento e queimadas para que as propriedades pudessem ser consideradas produtivas.

A Colonização de Rondônia entre 1970 e 2002

A dinâmica da ocupação do Estado na Amazônia se deu por meio de políticas públicas no Governo do General Emílio Garrastazu Médici, quando se criou o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), pelo Decreto n. 1.110, de 9 de julho de 1970, no período era vinculado ao Ministério da Agricultura – na atualidade ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)¹² – com sede em Brasília, com este ato são extintos o Instituto Brasileiro de Reforma agrária (Ibra), o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (Inda) e o Grupo Executivo da Reforma Agrária (Gera).

O Incra foi responsável em definir critérios para a ocupação, tendo a missão de realizar a reforma agrária, manter o cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas da União, principalmente na Região Amazônica, através dos projetos e planos, como o Polonoeste (1980) iniciada no Governo militar. O Planaflores (1990) vem para suplementar as deficiências das décadas anteriores e elaborar o zoneamento dos biomas florestais dentro do território rondoniense (já no Governo democrático). No período em que os militares estiveram no Poder, a política de desenvolvimento esteve voltada para a ocupação do espaço amazônico, para soberania Nacional sob estas fronteiras.

O primeiro momento do Incra foi no período militar, pois, a ideia disseminada era que o Governo promoveria a tão reivindicada reforma agrária, pelo povo brasileiro. Na primeira metade do Século XX famílias inteiras migravam do campo para as cidades em busca de colocação no mercado industrial, isto, por um curto período foi vantajoso para os migrantes rural e para as indústrias. No entanto, com a evolução tecnológica as indústrias passaram a ocupar menos mão de obra, ocorreu uma onda de desemprego. O Governo precisava

12 Em 14 de janeiro de 2000, o Decreto n. 3.338 criou o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

encontrar alternativas. A solução fora “povoar” a Região Amazônica, através dos projetos, planos e programas que recolocaria no campo, este contingente de trabalhadores, os quais contribuíram com a formação do Estado de Rondônia. Empresas, indústrias de vários ramos e grandes produtores agrícolas receberam incentivos fiscais para grandes projetos agropecuários.

O segundo momento do Incra foi com o retorno da Democracia em 1985. Com a redemocratização do País, surgem novos “antigos” problemas, herdados de um período em que a História aponta como o de uma era de perseguições políticas e intolerância. Não obstante, se destaca que o período em que se deu a imposição do Poder pela força do Exército Brasileiro, em nome de uma ocupação a todo custo, que através do INCRA, inicia a ocupação na Amazônia Legal¹³. Neste contexto surgem os Projetos Integrados de Colonização (PIC), “[...] Idealizado pelo Programa de Integração Nacional (PIN), carregava em seu bojo a construção de rede rodoviária (Belém – Brasília, Cuiabá – Santarém; Transamazônica e Porto Velho – Manaus), a qual estimulava a imigração e fomentava as atividades econômicas” (XIMENES et. al., 2016, p. 75).

Com a abertura da BR-364, em 1972 e com a promessa de terras fartas e férteis, ocorreu um fenômeno migratório como nunca antes havia sido visto, oriundo de todo o país. Segundo Silva (2001, p. 119) os migrantes eram oriundos “[...] do Paraná, Espírito Santo, Minas Gerais, gente do Nordeste e do Sul ocuparam as margens da estrada e iniciaram a penetração para o interior, inicialmente encaminhados pelas Colonizadoras Calama S/A e Itaporanga; a primeira, em Vila de Rondônia, a segunda em Pimenta Bueno”.

A pavimentação da BR-364 contribuiu com a logística das atividades de exportação e importação do minério de cassiterita, o que segundo Ferreira (2012, p. 43) deixa de ser “[...] o eixo Manaus-Belém-Exterior, passando a ser o eixo Cáceres – Cuiabá – São Paulo – Rio de Janeiro (Sudeste do Brasil)”. Uma das contribuições foi à diminuição do tempo em que se levava para chegar a Rondônia, o que se passava, por exemplo, 15 dias de Cuiabá-MT a Vilhena-RO (distância: 753km), passou a ser de menos de um dia no período¹⁴ e na atualidade o tempo aproximado é de 9h. Com isto o fluxo migratório a partir de 1972 se intensificou. Prazeres (2006) relata que,

[...] A implantação de projetos de assentamento e colonização em terras públicas multiplicaram-se, a maioria terras devolutas transcritas em nome da União Federal, através de procedimentos sumários de arrecadação ou de discriminação administrativa, na forma da lei, implantados nas faixas

13 Amazônia Legal é formada pelos atuais Estados do Acre, Rondônia, Amazonas, Roraima, Amapá, Pará, Tocantins, Mato Grosso e parte do Maranhão.

14 Considera-se aqui que os veículos populares utilizados nas décadas até 1984 (ano em que foi inaugurada a BR-364 pavimentada) possuíam velocidade máxima de 115 km/h, atualmente um veículo da mesma classe tem velocidade máxima de 150 km/h.

de 100km em ambos os lados das rodovias na Amazônia Legal (as agrovilas em Altamira, Marabá e Itaituba, no Pará; os projetos Ouro Preto, Ariquemes, Vilhena em Rondônia; projeto Boca do Acre e Humaitá no Amazonas, e outros no Sul do Pará, Maranhão e Mato Grosso. De todas as partes do território nacional migraram para a Amazônia milhares de famílias gaúchas, catarinenses, paranaenses, capixabas e do nordeste, principalmente do Maranhão, demonstrando coragem e patriotismo, em muitos casos. Algumas centenas de famílias foram levadas pelo Inca, de avião ou por terra. Grande parte, porém, por seus próprios meios. Uma epopéia vivida por muitos brasileiros, muitos deles surpreendidos com a morte pela malária, ainda presente nos dias atuais em toda a Amazônia Ocidental, principalmente (PRAZERES, 2006, p. 245).

A migração para Rondônia se deu, principalmente, pela oferta de grandes extensões de terras gratuitas pelo Governo, em alguns casos, com ajuda de custo para sua instalação. Os primeiros assentamentos ocorreram entre 1970 e 1976, os quais foram fundamentais na formação do Estado de Rondônia, entre estes há os que tornaram-se cidades de importância na economia regional. Segundo Amaral (2001, p. 84) “O projeto Burareiro foi destinado para médios e grandes empresários rurais, em lotes de 250, 500 e 100 ha. Nos demais projetos foram distribuídos lotes de 100 ha. Para famílias de pequenos agricultores”. Importante conhecer quais os assentamentos pioneiros. Cunha e Moser (2010) relatam que o Inca,

[...] elaborou projetos integrados de colonização tendo implantado em 1970 o PIC Ouro Preto, no distrito da Vila de Rondônia então município de Porto Velho. Em 1972, foi criado o de Gi-Paraná, entre vila de Rondônia e Pimenta Bueno, hoje município de Cacoal. Preocupado com o êxodo do município de Guajará Mirim e com o acúmulo de colono no Iata; o INCRA lançou em 1972, o Projeto Sidney Girão na altura de Ribeirão área hoje servida pela BR-425 que liga Guajará Mirim a Abunã. Prosseguindo com essa política o instituto criou em 1973 e implantou em 1974 o PIC Paulo de Assis Ribeiro ao sul do território ocupando parte dos vales do Cabixis, Escondido e Corumbiara. Em 1974 e 1976 foram lançados mais dois projetos: Burareiro e o Marechal Dutra, ambos em áreas servidas por estradas de rodagem: o primeiro perto de Ariquemes no Vale do Jamari e o último abrangendo terras desse vale e de Candeias servido pela BR-421, já implantada no território (CUNHA e MOSER, 2010, p. 131).

Outra modalidade de assentamento foi o Projeto de Assentamento Dirigido (PAD), neste tipo “[...] o colono deveria ser mais especializado do que um trabalhador rural, ou seja, deveria ter um mínimo de conhecimento agrícola, alguns recursos e experiência com relação à obtenção de crédito bancário” (AMARAL, 2001, p. 84). O contingente de migrantes superou as expectativas do Governo ultrapassando o número de parcelas destinadas pelo Inca a

distribuição. A colonização dirigida trata de política territorial a qual Costa Silva (2015) refere-se a “[...] uma nova lógica mercantil na fronteira agrícola” com o uso da terra e o avanço do agronegócio em toda região amazônica.

A colonização proporcionou um crescimento populacional, devido ao intenso fluxo de migrantes, o qual foi “[...] da ordem de 16% a.a. Em 1970 a população era de 113.659 habitantes, passando a 492.810 habitantes no ano de 1980” (AMARAL, 2001, p. 85). A crise do petróleo em 1974 contribuiu com o aumento populacional. Foi o estopim para que o Brasil sofresse alteração da geopolítica regional, transformando a Região Amazônica, segundo Mello (2006), numa grande fronteira de recursos naturais a serem explorados e exportados por meio de projetos minerais e hidrelétricos.

Com o incentivo fiscal do Governo as empresas passaram a se instalarem na região e, com eles surge à necessidade de mão de obra bruta, assim como a qualificada. Inicia-se, desta forma, outra modalidade de alienação de mão de obra, a escrava sob o ápice de que deviam trabalhar para pagar os aliciadores e os donos de terra. Mas, como se muitos migravam para a região para serem donos de terra? Neste ponto entra as lacunas e equívocos da história, o que se busca a ser resgatado é a veracidade do que se fala sobre as migrações.

Foram diversas as razões da migração de outros estados brasileiros para a região norte, desde a procura por minério, a borracha, a madeira, contudo, foi com a abertura da BR-364 e a implantação de projetos de colonização “[...] que ordenou a distribuição do solo e o ocupou com o assentamento de colonos os quais migraram no intuito de obter a propriedade rural e desempenharem as funções que sempre o fizeram nos Estados de origem” (CUNHA e MOSER, 2010, p. 132).

No entanto, importante frisar que o período de colonização sofreu diversas crises, com o imenso fluxo migratório decorrente das promessas dos Governos (Federal e Estado) onde propagavam um “paraíso” e Rondônia como um novo “Eldorado”. O fluxo de migrantes superou as expectativas e o Estado não estava preparado para esta demanda ao longo das duas primeiras décadas. A inclusão social, que se daria com a posse da terra, resultou em sua história em conflitos constantes pela terra.

A Dinâmica do Espaço em Rondônia (1970 a 2000)

A política de colonização da Amazônia na segunda metade do século XX era “povoar a todo custo”, fosse pelas riquezas naturais ou pela soberania do Estado. A herança do Estado Novo foi de integração de todo o território brasileiro. Neste período que surge a criação dos Territórios Federais. Os anos posteriores foram de conquistas que levaram a morte centenas de homens e mulheres e a extinção de etnias e populações tradicionais.

Reconhece-se a Amazônia, hodiernamente, como um espaço que representa a simultaneidade de interesses nacionais e locais, regionais e globais. Um espaço construído por populações diversas. Um espaço ao mesmo tempo causa e consequência dos paradoxos existentes em cada uma dessas escalas e as interpretações, necessariamente, transita entre elas. Na colonização do estado de Rondônia a dimensão do Tempo esta ligada intimamente aos fenômenos e isto é tanto mais relevante quando observamos que cada fato tem o seu próprio tempo.

É inequívoco que há um tempo em que o uso e ocupação do espaço se forma conforme os agentes que transitam na história. As transformações ocorrem a todo o momento, contudo, há tempo no qual ela se evolui e outro no qual ela se cumpre, mas, tudo, em um suceder constante, em renovações e transformações. Assim houve um prazo para que os migrantes instalados nos assentamentos derrubassem 50% da mata para que suas terras, de fato, fossem consideradas produtivas, como houve, também, o prazo para lucrar com as madeiras oriundas do dito “progresso” da Amazônia.

O risco que o desmatamento e as queimadas representavam ao ser humano, a fauna e flora, não foram considerados. Não se encontra nos documentos oficiais, da década de 1970 e 1980, solicitação para evitar a queimada e a derrubada da mata, ou mesmo que devessem antes de tudo realizar estudo minucioso da região no que confere a natureza. Sobretudo, que fosse observado e tomado os devidos cuidados quanto as populações tradicionais como ribeirinhos, quilombolas e indígenas.

Outro prazo a considerar é o do “hoje”. A conveniência da duração é um critério variável. Existem fenômenos que trazem benefícios, se o tempo da finalidade é menor e outros inversamente. Tudo deve ser analisado, na lógica temporal com relatividade necessária e em face de uma eficácia plena do uso e ocupação do espaço.

Para o período da colonização iniciada com o Incra era eficaz quando se via ao chão a flora, sem se levar em conta à fauna – árvores centenárias, algumas milenares, eram derrubadas e utilizadas de “qualquer forma”. Como já expunha Roquete-Pinto (1934), em Rondônia era comum encontrar madeiras nobres sendo utilizadas na fornalha do trem de ferro. O cenário político ambiental era favorável ao uso, sem preocupações, dos recursos que o ambiente oferecia.

Ao relatar suas experiências nos 35 anos de Incra, Souza (2006, p. 186) pondera que, de fato a inércia dos organismos governamentais trouxe prejuízos socioeconômicos e ambientais às regiões ocupadas “[...] por permitir a ação clandestina e predatória de pessoas e empresas, que em total desrespeito às leis e ao meio ambiente, efetuam corte raso em nossas florestas, deixando atrás de si, apenas o vazio tenebroso de sua inconsciência e da sua ganância”.

Grande é o número de variáveis que podem influenciar na combinação da forma e finalidade da ocupação do espaço. Neste caso, a finalidade de uma ocupação a ser incrementada, contém-se no limite da intenção do Estado, porque não só resulta do acréscimo da necessidade social como o aduz ao global. O que é deveras relevante para o estudo geográfico é que este processo compreenda a dinâmica da transformação espacial, correlativa com o Estado e as necessidades humanas.

A transformação do espaço ocorre mediante técnicas que contribuem com a construção de uma nova paisagem. Milton Santos (2013, p. 57) explica que “Técnicas agrícolas, industriais, comerciais, culturais, políticas, da difusão da informação, dos transportes, das comunicações, da distribuição etc.; técnicas que, aparentes ou não em uma paisagem, são, todavia, um dos dados explicativos do espaço”. O tempo para cada uma destas técnicas é singular, porém, se interligam em um dado momento, em idades diferentes compondo uma nova paisagem, um novo espaço, uma nova divisão territorial. O espaço se constitui de sistemas e subsistemas de elementos que interligam.

Milton Santos (2014, p. 63), acentua que “O espaço é hoje um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoado por sistemas de ações igualmente imbuído de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e a seus habitantes” e, é com esta reflexão, que se compreende Rondônia, como espaço transformado, exemplo de formação geopolítica amazônica, com suas entradas dirigidas (ou não dirigidas) pelo Estado ou por iniciativas privadas. A ocupação do solo e formação de novas comunidades elevou as necessidades humanas fisiológicas, as quais buscavam ser sanadas com o que era disponível na natureza.

O que não bastava, a necessidade natural, se teve levadas de pessoas que não trabalhavam a terra, que migraram para Rondônia com promessas de emprego e, que não conseguiam se manter neles, ou mesmo, não recebiam pelo o que trabalhavam. Ainda, havia os que chegavam à região com incertezas, em busca de um “El Dourado” imaginário. Todavia, o que se deve considerar para este estudo é que a dinâmica do espaço rondoniense se deu de várias formas e por razões diversas.

Amaral (2001, p. 77) afirma que “Uma das características marcantes da colonização no Brasil contemporâneo é justamente produzir uma grande massa de excluídos, tanto as minorias pré-estabelecidas, como também os que chegaram à procura de terra”. Dentro do exposto, se considera a exclusão como sendo um engodo do Estado quanto ao que está expresso em documentos e o que, de fato, ocorreu durante a colonização.

Uma das características que Amaral (2001, p. 77) destaca quanto à moderna colonização na Região Amazônica “[...] é justamente impedir um

número considerável de indivíduos de ter acesso à terra, ao mesmo tempo que não se tornaram trabalhadores assalariados” (Ibid., p. 77). No entanto, a demanda de serviços essenciais foi insuficiente para atender os trabalhadores sem terra / sem teto, acarretando problemas de ordem gerenciais ao Governo.

Na ocupação da Amazônia, os investimentos nacionais e estrangeiros foram aplicados para se atender o interesse do Capital, baseado na necessidade constante de lucro. Com o aumento da população desempregada e dos sem-terra surge um movimento novo baseado na ocupação dos espaços considerados como ociosos e não produtivos. Em Rondônia, por várias vezes já foram detectadas fazendas em processo de desmatamento com trabalho escravo e com peões que são contratados com promessas de salários, não atendidos conforme os aliciadores acordavam em sua origem.

Considerações Finais

O espaço é composto por elementos técnicos que formam a percepção do tempo e das necessidades socioeconômicas e políticas de um dado período e, o abordado neste estudo é o período que somam trinta e dois anos (1970 e 2002). A percepção dialética e a análise do uso e ocupação do espaço rondoniense e a compreensão da origem das políticas públicas econômicas e sociais atuais. No entanto, muito se tem a ser descoberto e revelado. A geo-historiografia do Estado de Rondônia pode ser considerada como nova, embrionária. Muitas lacunas a serem preenchidas o que denota a necessidade de estudos mais sistemáticos nos arquivos das instituições públicas à exemplo do INCRA outras agências federais.

Incra, 1970, começa a ser construída uma nova história. Novos recortes espaciais são realizados. Novos territórios são efetivados. A paisagem se transforma. O horizonte se modifica. O comportamento da Natureza sofre metamorfose mediante as derrubadas, as queimadas e a presença do colono, com hábitos destrutivos e gananciosos. Máquinas são incorporadas à lida com a terra e a fauna é acuada, quando não eliminadas. Assim começa as políticas públicas de ocupação do espaço da Amazônia Ocidental.

Inicia-se a desapropriação latifundiária que deixou sequelas, das quais era necessário se recuperar. Surge primeiro o Polonoroeste, logo o Planaflo, um explora, elimina e destrói o outro chega com a proposta de corrigir o “devaneio” do seu antecessor. No entanto, intensifica as invasões de grupos de pessoas que se alto intitularam como “Sem Terras”. Nestas invasões, ora ganhavam os invasores, ora os donos dos latifúndios. Porém, vezes eram invadidas terras não consideradas como latifúndio ocorrendo sangrentos embates, como o ocorrido em 09 de agosto de 1995 em Corumbiara, com o massacre de 12 pessoas, numa sangrenta reintegração de posse da Fazenda Santa Elina.

Rondônia, terra ocupada por populações indígenas, quilombos, ribeirinhos, assim como de pessoas que migraram em busca de pedras preciosas, madeira e borracha, era tratada como terras que precisavam ser povoadas, como terras “sem gente”. Foi à força do sentimento de dor que desbravou, abriu espaços e transformou a paisagem local. Passagem terrestre para o norte da Amazônia, ligando todo o restante do Brasil as terras de mata de imenso esplendor, de biodiversidade não encontrada em outra região.

A miscigenação de pessoas com credos e etnias singulares contribui com a identificação de uma nova cultura; migrantes oriundos de todas as regiões brasileiras e mesmo de outros países. O Estado precisa de políticas públicas de solução rápida, que atendessem as necessidades econômicas e sociais de maneira simultânea e progressiva. A migração se deu desordenada e, em ciclos diferentes no tempo, numa frenética transformação do espaço.

O vilarejo de São José do Rio Preto, no município de São José do Rio Preto, no Estado de Rondônia, foi fundado em 1967, pelo Tenente Coronel Antônio Pinheiro, filho de Antônio Pinheiro, fundador do município de São José do Rio Preto, no Estado de Mato Grosso do Sul. O nome de São José do Rio Preto foi escolhido em homenagem ao Santo Antônio, padroeiro dos mineiros.

A aglomeração de São José do Rio Preto surgiu quando os garimpeiros buscavam o diamante na região. Em 1967, foi instalado um posto de controle de trânsito de pessoas e mercadorias, com casas comerciais e um pequeno comércio. A aglomeração se desenvolveu ao longo da Rodovia BR-369, que liga São José do Rio Preto a Porto Velho, Rondônia, e urbano.

A localidade de São José do Rio Preto, no Estado de Rondônia, foi fundada em 1967, pelo Tenente Coronel Antônio Pinheiro, filho de Antônio Pinheiro, fundador do município de São José do Rio Preto, no Estado de Mato Grosso do Sul. O nome de São José do Rio Preto foi escolhido em homenagem ao Santo Antônio, padroeiro dos mineiros. A aglomeração de São José do Rio Preto surgiu quando os garimpeiros buscavam o diamante na região. Em 1967, foi instalado um posto de controle de trânsito de pessoas e mercadorias, com casas comerciais e um pequeno comércio. A aglomeração se desenvolveu ao longo da Rodovia BR-369, que liga São José do Rio Preto a Porto Velho, Rondônia, e urbano.

11. Prefeitura de São José do Rio Preto, Rondônia. “História do município de São José do Rio Preto”. Disponível em: <http://www.sjrp.ro.rr.gov.br/>. Acesso em: 10/05/2010. 12. Prefeitura de São José do Rio Preto, Rondônia. “História do município de São José do Rio Preto”. Disponível em: <http://www.sjrp.ro.rr.gov.br/>. Acesso em: 10/05/2010. 13. Prefeitura de São José do Rio Preto, Rondônia. “História do município de São José do Rio Preto”. Disponível em: <http://www.sjrp.ro.rr.gov.br/>. Acesso em: 10/05/2010. 14. Prefeitura de São José do Rio Preto, Rondônia. “História do município de São José do Rio Preto”. Disponível em: <http://www.sjrp.ro.rr.gov.br/>. Acesso em: 10/05/2010. 15. Prefeitura de São José do Rio Preto, Rondônia. “História do município de São José do Rio Preto”. Disponível em: <http://www.sjrp.ro.rr.gov.br/>. Acesso em: 10/05/2010.